



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

MBA em Planejamento tributário

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
	Composição do Corpo Docente	6
8.	Estágio Não Obrigatório.....	6
9.	Matriz Curricular	7
10.	Carga Horária	8
11.	Conteúdo programático.....	8
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica.....	24

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: MBA em Planejamento tributário

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação (CAPES): Administração, Ciências Contábeis e Turismo

Área do Conhecimento (CAPES): CIÊNCIAS CONTÁBEIS (60204001)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

Este curso atende a todas as exigências do MEC, mas não se propõe a atender legislações específicas dos estados. Cada interessado deverá fazer o estudo comparativo entre o currículo proposto pela nossa instituição e as exigências da Secretaria de Educação de seu estado, quando for o caso.

3. Público Alvo

O presente curso se destina a todos os profissionais ou estudantes da área de Administração, Contabilidade ou Direito que possuem uma experiência, profissional ou acadêmica, em sua área de formação e que gostariam de aprofundar seu conhecimento nos tópicos de Planejamento Tributário.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

Tanto em cenário de incertezas econômicas como de crescimento ou crises, a utilização do planejamento tributário se demonstra como uma importante estratégia para as empresas, dado possuírem uma grande e complexa carga tributária que varia de acordo com seu setor. Com o acirramento da competitividade advindo da era da informação planejar se tornou algo indispensável para garantir a lucratividade e a continuidade das operações das empresas. O Planejamento Tributário é um instrumento utilizado pelas organizações para gerenciar melhor os seus tributos, ou seja, recolher a menor importância no maior prazo possível e reduzir os custos das obrigações acessórias, respeitando sempre a legislação vigente. É importante ressaltar que planejamento tributário é o oposto à sonegação fiscal, já que essa última é ilegal.

Um planejamento eficaz desempenha ainda uma função estratégica a medida que leva a organização um autoconhecimento, identificando pontos fracos e fortes e adotando medidas para intensificar o sucesso da empresa. O gestor de negócios não pode subestimar aspectos relativos a carga tributária brasileira e tem por responsabilidade desenvolver e aperfeiçoar as técnicas e os procedimentos que ajudam as empresas a prosperarem sustentavelmente. Uma pesquisa feita pela EXAME.com revela que faltam profissionais especializados na área de planejamento tributário. Da lista dos 10 profissionais mais raros do mercado, 2 se encaixam sob a temática de Planejamento Tributário (ABRANTES, 2016). Neste sentido, o MBA em Planejamento Tributário foi estruturado para atender às principais demandas do mercado na área de gestão tributária, possibilitando aos alunos um conhecimento amplo e atual na área.

Referência Teórica:

ABRANTES, Talita. **10 profissionais (muito) raros no Brasil: Levantamento da consultoria EXEC mostra quais são os cargos em que mais faltam profissionais qualificados.** 2016. EXAME.com. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/os-profissionais-raros-no-brasil/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- O Curso tem por objetivo capacitar profissionais de nível superior a aprofundar os fundamentos do Planejamento e Gestão de Tributos das empresas. Possibilitando a estes profissionais um aprendizado prático e dinâmico, aliado a um forte embasamento teórico em planejamento tributário, capaz de permitir uma melhor eficiência fiscal, no cenário econômico atual.

6.2. Objetivos Específicos

- Preparar o profissional para o planejamento tributário empresarial;
- Aprofundar o conhecimento do profissional no relacionamento do planejamento tributário com o sistema tributário brasileiro e as normas gerais do Direito Tributário;

- Especializar o profissional na análise do planejamento tributário empresarial na tributação sobre a renda, patrimônio, consumo, bem como na tributação internacional.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica

e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social. O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Estrutura conceitual básica da contabilidade	0h	40h	40h
Contabilidade tributária	0h	40h	40h
Competência tributária e tributos	0h	40h	40h
Gerenciamento e planejamento tributário	0h	40h	40h
Simples nacional e auditoria fiscal	0h	40h	40h

Tributação sobre o consumo e o lucro	0h	40h	40h
PIS, Cofins e impostos do comércio exterior	0h	40h	40h
Planejamento tributário e infrações tributárias	0h	40h	40h
Direito tributário	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**.

Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Estrutura conceitual básica da contabilidade

Ementa: Apresentar a estrutura conceitual das demonstrações contábeis, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), que constitui a teoria da contabilidade no padrão internacional IFRS adotado pelo Brasil. Na abordagem inicial do tema, são discutidos os aspectos necessários para a compreensão dos conteúdos que serão desenvolvidos durante a disciplina. Inicialmente, é apresentado o panorama geral em que se encontra a interpretação da Estrutura Conceitual emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que corresponde ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00

no ambiente brasileiro. Em seguida, é explicado o objetivo do relatório financeiro para fins gerais e seus usuários, posteriormente, as características qualitativas de informações financeiras são descritas. Finalmente, discute-se os elementos e as informações fornecidas nas demonstrações contábeis e a entidade que as reporta.

Competências e Habilidades:

- Propiciar ao aluno um aprofundamento e refinamento do conhecimento sobre os diferentes temas abordados na disciplina.
- Desenvolver as capacidades intelectuais do discente para que ele consiga compreender os fundamentos dos conteúdos e seja capaz de aplicá-los em sua vida prática e em suas pesquisas.
- Conhecer os conceitos, os principais procedimentos, a normatização do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, a legislação básica e os aspectos fundamentais, de natureza contábil e processual, que devem estar presentes no planejamento, execução e conclusão dos trabalhos contábeis.
- Analisar os estudos de casos práticos, a partir de situações factuais ou cenários projetados sobre os relatórios financeiros emitidos por diferentes tipos de entidades.

Conteúdo Programático 1: Objetivo do Relatório Financeiro para fins Gerais.

Conteúdo Programático 2: Características Qualitativas de Informações Financeiras Úteis.

Conteúdo Programático 3: Demonstrações Contábeis e a Entidade que Reporta.

Conteúdo Programático 4: Elementos das Demonstrações Contábeis.

Bibliografia básica:

ADRIANO, S. **Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados**. São Paulo: Atlas, 2018.

ALMEIDA, M. C. **Teoria da Contabilidade em IFRS e CPC - Facilitada e Sistematizada**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

CPC 00 (R2) – **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**, Pronunciamento. 2019. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)>. Acesso em: 28 de jul. 2021.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, C. M. **Análise das Demonstrações Contábeis em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2019.

NIYAMA, K. J.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

SILVA, A. D. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Disciplina: Contabilidade tributária

Ementa: Sistema Jurídico Tributário. Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização. Fenômenos tributários. Impactos no Patrimônio e nos Resultados. Planejamento Tributário.

Competências e Habilidades:

- Analisar a influência da legislação tributária na interpretação dos fatos patrimoniais, bem como os impactos tributários no patrimônio e nos resultados;
- Identificar as operações de uma empresa e os fatos integrantes do campo de incidência tributária.

Conteúdo Programático 1: Contabilidade e Tributação. O Sistema Jurídico Tributário.

Conteúdo Programático 2: Os Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização.

Conteúdo Programático 3: Fenômenos Tributários e os Impactos no Patrimônio e nos Resultados.

Conteúdo Programático 4: Planejamento Tributário.

Bibliografia Básica:

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta de. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados da empresa. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

NAZÁRIO, N. da S.; MENDES, P. C. de M.; AQUINO, D. R. B. Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior

do Distrito Federal: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil** - v. 4, n. 3, p. 64 – 81, 2008.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; JÚNIOR, José Hernandes Perez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária** – Textos e Teses com as Respostas. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, M. A. C. **Contabilidade tributária**: um enfoque nos IFRS e na legislação do IRPJ. São Paulo: Atlas, 2015.

SOUSA, Edmilson de. **Contabilidade Tributária-Aspectos Práticos e Conceituais**. São Paulo: Atlas, 2018.

Disciplina: Competência tributária e tributos

Ementa: 1. Competência tributária. Conceito. Características: Privatividade, Indelegabilidade, Incaducabilidade, Inalterabilidade, Irrenunciabilidade e Facultatividade. Extrafiscalidade, Bis in idem e Bitributação. Distinção entre Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa. Parafiscalidade e Capacidade Ativa Auxiliar. 2. Tributo. Definição de Tributo no Código Tributário Nacional. Conceitos doutrinários de Tributos. Espécies de Tributos perante a Constituição Federal: Imposto, Taxa, Contribuição de Melhoria, Empréstimo Compulsório, Contribuição Social. Classificações dos tributos perante a doutrina e a jurisprudência.

Conteúdo Programático 1: Competência dos entes políticos e definição de tributos

Conteúdo Programático 2: Impostos

Conteúdo Programático 3: Taxas, Contribuições de Melhoria e Empréstimos Compulsórios

Conteúdo Programático 4: Contribuições Especiais

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Demais referências:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 15 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

Ataliba, Geraldo. Carvalho, Paulo de Barros. Sousa, Rubens Gomes de. Comentários ao Código Tributário Nacional. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

Disciplina: Gerenciamento e planejamento tributário

Ementa: Nesta disciplina, o aluno deve utilizar todos os conhecimentos adquiridos ao longo do programa, somados as bases conceituais do Planejamento Tributário e sua aplicabilidade no cotidiano das empresas. Haverá distinção entre as formas de planejamento permitidas e reconhecidas pela Lei, comparadas com os atos ilícitos passíveis de punição tributária e até criminal. Demonstraremos decisões administrativas com o atual entendimento do Fisco Federal sobre a matéria, bem como, estudo de casos concretos reconhecidos pelos nossos tribunais, capazes de demonstrar Planejamentos Positivos e Negativos (sonegação fiscal).

Objetivo da Disciplina: apresentar os seguintes tópicos: 1. Conhecimento do sistema tributário nacional, princípios, normas mais importantes e tributos mais onerosos para atividade econômica; 2. Entendimento das infrações e crimes tributários e procedimentos para evitar penalidades. 3. Explorar oportunidades de economia tributária, com incentivos fiscais, planejamento tributário, operações societárias e contencioso tributário.

Competências e Habilidades:

- Capacidade de dedicar-se continuamente ao estudo da legislação, jurisprudência e decisões do executivo tendo em vista dois aspectos: complexidade do sistema tributário e contínua alteração;
- Habilidade em utilizar bases de dados de tribunais judiciais e administrativos, bem como os sistemas fazendários do Poder Executivo: Receita Federal, Secretaria de Fazenda e Secretarias de Finanças;
- Capacidade de lidar com conceitos abstratos e conversão em entregáveis palpáveis como pareceres e procedimentos, demonstrando valor agregado ao cliente final.

Conteúdo Programático 1: Sistema Tributário Nacional, Princípios e tributos mais onerosos.

Conteúdo Programático 2: Infrações, crimes, evasão, sonegação e penalidades.

Conteúdo Programático 3: Elisão, planejamento tributário e operações societárias.

Conteúdo Programático 4: Incentivos fiscais e oportunidades de contencioso tributário.

Bibliografia:

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ANDRADE, José Fabiano Matos de. **A decadência no Direito Tributário brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 3059, 16 nov. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/20435>. Acesso em: jul. 2017.

BRASIL. **Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Decreto 9580 de 2018 [D9580 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2018/2018009580.htm). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Instrução normativa RFB nº 1.464, de 08 de maio de 2014**. Dispõe sobre o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=52329#1408739>>. [\(Alterado\(a\) pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 1705, de 13 de abril de 2017\)](#) [\(Alterado\(a\) pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 1829, de 17 de setembro de 2018\)](#). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa

de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica [...]. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.502, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4502.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Lei das Sociedades Anônimas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.021, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8021.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990.** Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.846, de 21 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8846.htm. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. **Receita Federal. Instrução Normativa SRF n. 599, de 28 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre os arts. 38, 39 e 40 da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, relativamente ao Imposto de Renda incidente sobre ganhos de capital das pessoas físicas. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15526>. Acesso em julho de 2017. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CAMILOTTI, JOSÉ RENATO. **Direito tributário.** São Paulo: Saraiva, 2011. (Coleção OAB Nacional).

CARVALHO, PAULO DE BARROS. **Curso de direito tributário.** 28. ed. São Paulo: Saraiva: 2017.

CREPALDI, SILVIO APARECIDO. **Planejamento tributário**: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2012.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de Renda das Empresas** - Interpretação e Prática. 41. ed. São Paulo: Ir Publicações LTDA, 2016.

Disciplina: Simples nacional e auditoria fiscal

Ementa: Nessa disciplina serão abordados ao longo dos estudos as leis e práticas de tributação da Sistemática de Apuração das micro e pequenas empresas, denominada Simples Nacional. Serão demonstradas as peculiaridades e exceções do Simples Nacional, bem como, os procedimentos de auditoria com ênfase nos controles internos.

A disciplina traz, ainda, questões importantes ligadas à hipótese de incidência, os contribuintes responsáveis, base de cálculo, alíquotas, dentre outras.

Objetivo da Disciplina: Permitir o conhecimento sobre a tributação do Simples Nacional; proporcionar ao aluno o conhecimento sobre aspectos ligados à opção pelo regime simplificado de tributação; entendimento da sistemática de cálculo, cumprimento das obrigações tributárias e as vantagens de adesão ao regime. Além disto, o aluno será capaz de discutir sobre a implantação ou adequação da auditoria fiscal.

Conteúdo Programático 1: Simples Nacional: conceitos e características. Entes públicos responsáveis pelo Simples Nacional

Conteúdo Programático 2: Opção pelo regime simplificado de tributação. Exclusão do regime do Simples Nacional

Conteúdo Programático 3: Vedação à opção pelo Simples Nacional. Peculiaridades e exceções do Simples Nacional.

Conteúdo Programático 4: Apuração do Simples Nacional. Obrigações. Auditoria Fiscal: Conceitos e características.

Bibliografia:

ALMEIDA, Marcelo C. **Auditoria: um moderno curso e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro, São Paulo: 14. ed. Lumen Juris, 2014

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Auditoria de impostos e contribuições**. São Paulo: Atlas, 2009.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. – 6ª ed. – São Paulo: Malheiros, 2019

BORGES, Humberto Bonavides. **Auditoria de tributos: IPI, ICMS e ISS**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 139, de 10 de dezembro de 2011a**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm>. Acesso em julho de 2017.

_____. Receita Federal – SIMPLES NACIONAL. **O que é o simples nacional?** Disponível em: <<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>. Acesso em julho de 2017.

_____. **Receita Federal. Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional nº 94, de 29 de novembro de 2011**. Dispõe sobre as obrigações acessórias relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional). Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36833&visao=anotado>.

Acesso em julho de 2017.

_____. **Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em julho de 2017.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. Teoria geral do direito: o construtivismo lógico-semântico. 2009. 623 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. – 30. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário: linguagem e método – 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018.

CASSONE, Vittorio. Direito tributário - 28. ed. – São Paulo: Atlas, 2018

DIAS DE SOUZA, Hamilton. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Curso de direito tributário. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Dilene Ramos. **Simples nacional: estatuto nacional das microempresas – ME e das empresas de pequeno porte – EPP**. São Paulo: Atlas, 2013.

HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário– 26. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017

META EMPRESARIAL. **CNAE – Atividades ambígua do simples nacional**. 2012. Disponível em: <http://www.metaempresarial.net/wp-content/uploads/2012/11/Atividades-Amb%C3%ADguas.pdf>. Acesso em julho de 2017.

PAULSEN, Leandro Curso de direito tributário completo / Leandro Paulsen. – 11. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2017

REALE, Miguel. Contribuições sociais. In: Aplicações da Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 1990

SÁ, Antônio L. **Curso de auditoria**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SANTOS, Cleonimo dos; BARROS, Sidney Ferro. **Manual do simples nacional**. São Paulo: Iob, 2013.

Disciplina: Tributação sobre o consumo e o lucro

Ementa: Classificação dos tributos e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Regra matriz de incidência tributária. Elementos e características do Imposto sobre Serviços (ISS). Elementos e características do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Regimes de tributação. Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), elementos e características.

Competências e Habilidades:

- Compreender as diferenças entre tributos diretos e indiretos, bem como a aplicação do IPI na indústria e nos estabelecimentos equiparados.
- Entender quando ocorre a tributação pelo ISS E quais os serviços sujeitos a incidência do imposto.
- Conhecer as características e elementos do ICMS, bem como identificar a sua aplicação com relação na circulação de mercadorias e serviços.
- Identificar a tributação sobre o lucro das pessoas jurídicas, a incidência do IRPJ e CSLL, bem como os regimes de tributação.

Conteúdo Programático:

Conteúdo Programático 1: Classificação dos tributos e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Conteúdo Programático 2: Elementos e características do Imposto sobre Serviços (ISS).

Conteúdo Programático 3: Elementos e características do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Conteúdo Programático 4: Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), elementos e características.

Bibliografia Básica:

CREPALDI, Silvio; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131983/pageid/2>. Acesso em 21.9.2021.

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de contabilidade tributária. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 21-27. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011890/pages/recent>. Acesso: 21.9.2021.

SABBAG, Eduardo. Direito Tributário Essencial. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/30/2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/30/2) . Acesso: 21.9.2021.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito tributário. 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592696/epubcfi/6/4\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html\]!/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592696/epubcfi/6/4[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright.html]!/4). Acesso: 21.9.2021.

Bibliografia Complementar:

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009446/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5\]!/4/26/8/1:75\[os%20%2C%E2%80%93%20L\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009446/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]!/4/26/8/1:75[os%20%2C%E2%80%93%20L]). Acesso em 21.9.2021.

MEURER, Alison Martins. Contabilidade tributária. Curitiba: Contentus, 2020, p. 21-27. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186364/pdf/0?code=BDzY18fACY6q3kOT3oJDhHfotD4y3aBVtbCCnGDhxy8GZoFQFMAJfyZ2aLlwL19NxV6MQlF056xeGEedt4jrA==>

. Acesso em: 21 set. 2021.

PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário completo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616282/pageid/3> . Acesso: 21.9.2021.

Disciplina: PIS, Cofins e impostos do comércio exterior

Ementa: A Disciplina de PIS, COFINS e Impostos do Comércio Exterior tem como objetivo abordar sobre os principais tributos federais relacionados as Receitas das empresas (PIS e COFINS) e sobre as operações do Comércio Exterior (Imposto de Importação e Exportação). Nesta disciplina, será possível compreender os principais conceitos, as bases de cálculo, alíquotas e problemáticas que envolvem o dia a dia da empresa no momento de apurar e recolher tais tributos.

Competências e Habilidades:

- Apreender o conhecimento legislativo e as suas particularidades;
- Aprender, a partir de exemplos, como calcular e recolher os impostos devidos;
- Entender o conceito de insumo para verificar possibilidades de crédito, melhorando a gestão da empresa.

Conteúdo Programático 1: Conceito e Definição de PIS e COFINS. Objetivo. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Isenções. PIS e COFINS na Importação. Base de Cálculo e Alíquotas. Cálculo e recolhimento cumulativo e não cumulativo.

Conteúdo Programático 2: Quando e como o recolhimento é efetuado. Conceito de Insumo e de Receita Bruta. Creditamento. Substituição Tributária. Alíquota zero e Suspensão. Crédito Presumido.

Conteúdo Programático 3: Conceitos Gerais de Comércio Exterior; Tributação no Comércio Exterior; Imposto de Importação. Declaração Importação.

Conteúdo Programático 4: Imposto de Exportação; Gerenciamento dos Impostos sobre o Comércio Exterior. Siscomex; Incentivo Fiscal.

Bibliografia básica

FARO, Ricardo Fátima. **Curso de comércio exterior**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FELIX, Gláucia Vieira; HENRIQUE, Márcio Alexandre Ioti. **Direito tributário** – direito constitucional tributário. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 29 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

LOPEZ, José Manoel; GAMA, Marilza. **Comércio exterior competitivo**. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

NYEGRAY, João Alfredo Lopes. **Legislação Aduaneira, Comércio Exterior e Negócios Internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Pis e Cofins**. 5 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

Bibliografia complementar

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas constitucionais de revisão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Decreto lei n. 1578, de 11 de outubro de 1977. Dispõe sobre o imposto sobre a exportação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1578.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20imposto%20sobre%20a%20exporta%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6. 759, de 5 de fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Instrução Normativa SRF n. 28 de 27 de abril de 1994. Disciplina o despacho aduaneiro de mercadorias destinadas à exportação. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=13448>. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, indústria e comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Portaria n. 23, de 14 de julho de 2011. Dispõe sobre operações de comércio exterior. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1311100642.pdf. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Receita Federal. O que é o Simples Nacional?. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

Disciplina: Planejamento tributário e infrações tributárias

Ementa: 1. Planejamento tributário. Conceito. Fundamentação Jurídica. Classificação. Modos de Atuação. A Norma Geral Antielisiva. Elisão e evasão. Aspectos Societários do Planejamento Tributário. Operações preocupantes. 2. Infrações tributárias. Conceito de dolo, fraude e simulação em matéria tributária. O Negócio Indireto e a Fraude. Grupos econômicos. Qualificação das infrações. Representação fiscal para fins penais.

Conteúdo Programático 1: Planejamento Tributário. Conceito, formas de atuação e limites

Conteúdo Programático 2: Aspectos Societários do Planejamento e Operações Preocupantes

Conteúdo Programático 3: Dolo, fraude e simulação em matéria tributária

Conteúdo Programático 4: Grupos Econômicos e Qualificação das Infrações

Bibliografia Básica:

GRECO, Marco Aurelio. Planejamento Tributário, 3ª edição. São Paulo: Dialética, 2011.

BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário, IPI, ICMS, ISS e IR. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Demais referências:

MALKOWSKI, Almir. Planejamento Tributário e a questão da elisão tributária. São Paulo: LED Editora de direito, 2000.

FABRETTI, Láudio Camargo. Incorporação, Fusão, Cisão e Outros Eventos Societários: Tratamento Jurídico, Tributário e Contábil. São Paulo: Atlas, 2001.

GOYOS JR., Durval de Noronha et al. Paraísos Fiscais, Planejamento Tributário Internacional. São Paulo: Observador Legal, 1988.

GUBERT, Pablo Andres Pinheiro. Planejamento Tributário: análise jurídica e ética. Curitiba: Juruá, 2001.

GUTIERREZ, Miguel Delgado. Elisão e Simulação Fiscal. In: Revista Dialética de Direito Tributário, n. 66, pp.88/94. São Paulo: Dialética, março — 2001.

Disciplina: Direito tributário

Ementa: Esta disciplina aborda lições preliminares do Direito Tributário, tal como o conceito de tributo, as espécies tributárias, os princípios tributários constitucionais, a vigência e aplicação da lei tributária, para então discutir as imunidades, isenções, crédito tributário e planejamento tributário.

Competências e Habilidades:

- Aplicar o conceito e a finalidade do “Direito Tributário”, bem como o rol de tributos na Constituição Federal;
- Compreender o termo “competência tributária” e os limites do poder tributar;
- Verificar a forma de vigência, aplicação, interpretação e integração da norma tributária;
- Examinar o processo de formação da obrigação tributária e do crédito tributário;
- Conhecer as causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário;
- Entender a dimensão jurídica e constitucional do direito tributário;
- Analisar os efeitos e as possibilidades do planejamento tributário.

Tema 1: Introdução à Legislação Tributária. Princípios Constitucionais

Tema 2: Competência Legislativa Tributária. Rol de Tributos constitucionais.

Limites ao poder de tributar.

Tema 3: Vigência, aplicação, integração e interpretação da lei tributária. Obrigação Tributária.

Tema 4: Crédito Tributário; Lançamento Tributário. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário.

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: julho 2017.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário Oficial da União: Brasília, 27 de outubro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em: julho 2017.

CARVALHO, Paulo de Barros, Curso de Direito Tributário, 28ª Edição, São Paulo, Saraiva, 2017

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FABRETTI, Láudio Camaro; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para os cursos de Administração e Ciências Contábeis**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

ROCHA, João Marcelo. **Direito tributário**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2015.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SCHOUERI, Luis Eduardo, Coordenação, Planejamento Tributário e o Propósito Negocial, São Paulo, Quartier Latin, 2010.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

